

Itapoá Terminais Portuários S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
Dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas, conselheiros e administradores da

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Itapoá - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Itapoá Terminais Portuários S.A. (“Companhia”) e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Itapoá Terminais Portuários S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Veja as Notas 2.6 e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A receita da Companhia é originada principalmente da operação portuária e de atividades correlatas, tais como o engajamento de cargas, logística e movimentação de cargas gerais e containerizadas. A transferência de serviço ocorre à medida que a Companhia presta o respectivo serviço contratado e o cliente se beneficia dele, sendo que a receita correspondente é reconhecida mensalmente pela Companhia através do lançamento de provisão, dentro do mês de competência. Esse processo de reconhecimento de receita é fundamental para a correta apresentação das demonstrações financeiras, visto que o montante envolvido requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à complexidade do processo necessário para a determinação e registro parcial das receitas destes serviços, conforme mencionado acima, a receita de prestação de serviços pode estar suscetível a erros nos valores a serem reconhecidos ou ser reconhecida na competência incorreta.	Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: - avaliação da integridade das informações utilizadas no cálculo, com base nos contratos firmados entre as partes; - efetuamos entendimento e testamos as principais premissas utilizadas pela Companhia para mensuração da receita incorrida ao longo do exercício, assim como, a receita não faturada ao final do exercício; - efetuamos testes substantivos, em base de amostragem, confrontando registros operacionais (movimentação, armazenagem e serviços acessórios) com as respectivas notas fiscais emitidas, verificando o momento e os critérios aplicados no reconhecimento da receita. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela Administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras [individuais e consolidadas] ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção,

supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 06 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SC-000071/F-8



Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412/O-1

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	761.937	467.985	762.301	468.328
Contas a receber	4	87.403	83.299	87.403	83.299
Impostos a compensar		37.952	19.827	37.976	19.878
Estoques		19.297	18.465	19.297	18.465
Adiantamentos		1.057	2.831	1.057	2.831
Outras contas a receber		7.966	5.617	7.966	5.617
		915.612	598.024	916.000	598.418
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Outras contas a receber	5	26.739	7.851	26.739	7.851
Impostos diferidos ativos		3.491	5.710	3.491	5.710
Depósitos judiciais	11	1.692	3.249	1.692	3.249
Investimentos	7	388	394	-	-
Imobilizado	8	1.863.970	1.455.015	1.863.970	1.455.015
Intangível		566	818	566	818
		1.896.846	1.473.037	1.896.458	1.472.643
Total do ativo		2.812.458	2.071.061	2.812.458	2.071.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	108.010	5.267	108.010	5.267
Fornecedores	10	71.960	68.741	71.960	68.741
Obrigações fiscais		17.517	25.904	17.517	25.904
Obrigações trabalhistas e sociais		39.075	36.011	39.075	36.011
Dividendos a pagar	12	141.973	115.080	141.973	115.080
Outras exigibilidades		4.917	8.364	4.917	8.364
		383.452	259.367	383.452	259.367
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	1.314.303	1.021.943	1.314.303	1.021.943
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	11	653	3.114	653	3.114
		1.314.956	1.025.057	1.314.956	1.025.057
Patrimônio líquido					
Capital social	12	381.643	381.643	381.643	381.643
Reservas	12	732.407	404.994	732.407	404.994
Total do patrimônio líquido		1.114.050	786.637	1.114.050	786.637
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.812.458	2.071.061	2.812.458	2.071.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	14	1.435.219	1.222.673	1.435.219	1.222.673
Custo dos serviços prestados	15.1	(417.641)	(351.337)	(417.642)	(351.337)
Lucro bruto		1.017.578	871.336	1.017.577	871.336
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	15.1	(24.692)	(14.006)	(24.692)	(14.006)
Gerais e administrativas	15.1	(89.526)	(81.373)	(89.532)	(81.379)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	4	(1.742)	(3.349)	(1.742)	(3.349)
Equivalência patrimonial	7	(5)	18	-	-
Lucro operacional		901.613	772.626	901.611	772.602
Despesas financeiras	15.2	(125.293)	(90.944)	(125.297)	(90.949)
Receitas financeiras	15.2	102.779	44.600	102.814	44.635
Lucro antes dos impostos		879.099	726.282	879.128	726.288
Imposto de renda e contribuição social corrente	6	(292.414)	(250.494)	(292.443)	(250.500)
Imposto de renda e contribuição social diferido	6	(2.219)	8.759	(2.219)	8.759
Lucro líquido do exercício		584.466	484.547	584.466	484.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	584.466	484.547	584.466	484.547
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	584.466	484.547	584.466	484.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

Nota	Capital social subscrito	Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido	
		Lucros a disposição da AGO	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados		
Em 01 de janeiro de 2024		381.643	179.581	35.527	-	-	596.751
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	484.547	484.547
Dividendos distribuídos		-	(179.581)	-	-	-	(179.581)
Constituição de reserva legal do exercício		-	-	24.227	-	(24.227)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(115.080)	(115.080)
Lucros a disposição da AGO		-	345.240	-	-	(345.240)	-
Em 31 de dezembro de 2024		381.643	345.240	59.754	-	-	786.637
Em 01 de janeiro de 2025		381.643	345.240	59.754	-	-	786.637
Lucro líquido do exercício	12	-	-	-	-	584.466	584.466
Dividendos distribuídos	12	-	(115.080)	-	-	-	(115.080)
Constituição de reserva legal do exercício	12	-	-	16.575	-	(16.575)	-
Destinações do lucro	12	-	(230.160)	-	230.160	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12	-	-	-	-	(141.973)	(141.973)
Lucros a disposição da AGO	12	-	425.918	-	-	(425.918)	-
Em 31 de dezembro de 2025		381.643	425.919	76.329	230.160	-	1.114.049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		584.466	484.547	584.466	484.547
Ajuste para:					
Depreciação e amortização	15.1	81.862	69.408	81.862	69.408
Despesa de imposto de renda e contribuição social	6	294.633	241.735	294.662	241.741
Baixa de imobilizado	8	5.059	135	5.059	135
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	4	1.742	3.349	1.742	3.349
Juros e atualizações provisionados e custos com captação de empréstimos	15.2	105.398	72.515	105.398	72.515
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	11	(2.461)	(96)	(2.461)	(96)
Equivalência patrimonial	7	5	(18)	-	-
Variações em:					
Contas a receber		(5.846)	(35.324)	(5.846)	(35.324)
Impostos a recuperar		(18.125)	4.060	(18.098)	4.052
Outros ativos		(18.738)	8.205	(18.738)	8.205
Fornecedores		3.219	50.924	3.219	50.924
Obrigações trabalhistas e tributárias		(5.323)	17.312	(5.323)	17.313
Outros passivos		(4.295)	5.855	(4.296)	5.854
Impostos sobre a renda pagos	6	(292.414)	(250.494)	(292.443)	(250.500)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		729.182	672.113	729.203	672.123
Atividades de investimento					
Adições ao imobilizado e intangível		(464.898)	(257.614)	(464.898)	(257.614)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(464.898)	(257.614)	(464.898)	(257.614)
Atividades de financiamento					
Distribuição de dividendos	12	(230.160)	(238.942)	(230.160)	(238.942)
Captação de financiamento		350.000	-	350.000	-
Custos com a captação de financiamento		(11.319)		(11.319)	
Pagamento de financiamento	9	-	(6.049)	-	(6.049)
Juros pagos	9	(78.854)	(864)	(78.854)	(864)
Caixa líquido (gerado nas) utilizado nas atividades de financiamento		29.668	(245.855)	29.668	(245.855)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		293.952	168.644	293.973	168.654
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		467.985	299.341	468.328	299.674
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		761.937	467.985	762.301	468.328
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		293.952	168.644	293.973	168.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia

A Itapoá Terminais Portuários S.A. (“Controladora”) iniciou suas operações em junho de 2011, sendo considerado um dos terminais mais ágeis e eficientes da América Latina e um dos maiores e mais importantes do País na movimentação de cargas containerizadas. Tem sede no município de Itapoá - SC e foi constituída em 16 de julho de 1996, com prazo de duração indeterminado.

A Companhia é um terminal portuário de uso privado e tem como principal atividade a operação portuária e demais atividades correlatas como agenciamento de fretes, engajamento de cargas, logística e movimentação de cargas gerais e carga containerizada, podendo, ainda, participar em outras Companhias ou empreendimento como acionista ou quotista. A missão é integrar negócios com modernidade, sustentabilidade e eficiência, sendo que a visão estabelecida a partir de julho de 2024 e amplamente divulgada ao mercado é de ser o maior e mais eficiente terminal da América do Sul.

Com a conclusão da Fase III de expansão, no primeiro semestre de 2024, o Porto Itapoá agora possui um pátio de 455 mil m². Essa infraestrutura tem uma capacidade estática de 34 mil TEUs (unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés), o que permite movimentar 1,8 milhão de TEUs por ano.

O Terminal iniciou em março de 2025 a sua quarta fase de expansão, com previsão de duração de dois anos, cujo foco será a aquisição de equipamentos e a expansão do pátio do terminal.

Todas as licenças e autorizações dos órgãos governamentais necessárias para a implantação do porto estão válidas, dentro de seus prazos legais.

A Companhia não tem obrigação de pagamento de remuneração à União, ou quaisquer outros ônus, em função da exploração do terminal portuário.

1.1 Investimento em controlada

A Companhia possui 100% de participação sobre a Porto Itapoá Logística S.A. Constituída em 28 de março de 2014, a controlada iniciou suas atividades em outubro de 2014.

Em outubro de 2016 as atividades da controlada foram encerradas, com a migração das mesmas para a controladora, permanecendo como uma empresa sem atividade operacional.

2 Resumo das principais políticas materiais

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi dada pelo Diretoria Companhia em 05 de março de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

- Nota Explicativa 4 - Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber;

A redução ao valor recuperável de contas a receber foi constituída com base nos saldos em aberto de determinados clientes que, segundo julgamento da Administração, cujos critérios e metodologias são documentados em políticas internas que tratam sobre como perdas históricas, negociações e análises individuais de risco de crédito de clientes, há maior risco de não liquidação, e com base na perda esperada de crédito e análise individual dos mesmos. A despesa com a constituição da redução ao valor recuperável de contas a receber está totalmente reconhecida no resultado. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título.

- Nota Explicativa 8 - Imobilizado

A determinação da vida útil dos ativos imobilizados é revista no encerramento de cada exercício, e ajustada de forma prospectiva, quando for o caso. Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada. Este custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisam ser substituídas em intervalos, a Companhia deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

- Nota explicativa 11 - Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- Nota explicativa 14 – Receita operacional líquida

A Companhia efetua a provisão das receitas de serviços prestados de cais, importação e exportação que tiveram sua movimentação no mês e que serão faturadas no mês seguinte. Também efetua provisão de receitas transcorridas, que é referente a armazenagem das unidades de importação liberadas pelos órgãos anuentes e que estão no pátio no último dia do mês. O valor da provisão refere-se aos serviços negociados previamente com os clientes ou na ausência desta, utiliza-se a tabela pública.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.5 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A Companhia detinha a seguinte participação societária direta em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Investida	Tipo	País (sede)	Atividade principal	Percentual de participação	
				2025	2024
Porto Itapoá Logística	Controlada integral	Brasil	Serviços Logísticos	100%	100%

A participação societária em sociedade controlada está avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes

de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Não há investimentos em sociedades de controle conjunto.

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

O exercício social da controlada é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme às da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia na sua controlada.

2.6 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A receita de serviços é reconhecida no momento em que a mesma é repassada ao cliente. Quando há incerteza com relação à mensuração dos serviços ou à materialização dos benefícios futuros, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

2.7 Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados é registrado no resultado quando incorrido.

2.8 Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos

Impostos diferidos são gerados na data do balanço por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível no futuro para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e perdas e créditos tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre venda, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/contribuição		Alíquota (%)
PIS	Programa de Integração Social	1,65
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	3,00

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

2.9 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, A Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros.

Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, quando relevantes, e são, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos, 12 meses após a data do balanço custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transferem e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- e, Ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 360 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio em compromissos firmes, como hedge de fluxo de caixa. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

2.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.11 Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é calculada pelo método linear, usando as seguintes vidas úteis: edificações de 30 anos, equipamentos de operação de 10 a 15 anos e outros de 5 a 10 anos. O valor residual e vida útil dos ativos são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.12 Custos dos empréstimos

Custos dos empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa do exercício em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.13 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de formação ou aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os intangíveis atualmente detidos pela Companhia são amortizados em cinco anos, pelo método linear. O exercício e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A Companhia não tem ativos gerados internamente.

2.14 Estoques

Compostos por combustível, peças e materiais para manutenção, avaliados ao custo médio de aquisição.

2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.16 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17 Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham algum impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS9 e IFRS7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (IFRS9 e IFRS7).

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	1	3	1	3
Banco conta movimento	6.400	534	6.400	535
Depósitos a curto prazo	755.536	467.448	755.900	467.790
	761.937	467.985	762.301	468.328

As aplicações financeiras apresentadas como equivalentes de caixa, são títulos de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros propósitos. As aplicações são remuneradas pela variação do CDI em uma média de 99,9% do índice (em média de 100,6% em 2024).

4 Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registra os valores a receber de clientes relativo às atividades de prestação de serviços portuários, de movimentação de cargas e armazenagem, conforme abertura abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Duplicatas a receber - mercado interno	37.069	38.783	37.069	38.783
Duplicatas a receber - mercado externo	29.687	24.662	29.687	24.662
Duplicatas a receber - partes relacionadas	27.635	25.100	27.635	25.100
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(6.988)	(5.246)	(6.988)	(5.246)
	87.403	83.299	87.403	83.299

A Companhia utiliza uma tabela com faixas de períodos vencidos para apurar o percentual de provisão e mensurar a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas na perda histórica dos clientes, sendo que para títulos vencidos entre 31 a 60 dias, é considerado o percentual de 25% do montante, entre 61 e 90 dias é considerado 50% e acima de 91 dias é considerado 100%.

A revisão da perda histórica é feita de forma prospectiva e é ajustada mensalmente, levando em consideração a análise individual por cliente.

O montante registrado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 6.988 (R\$ 5.246 em 31 de dezembro de 2024). Abaixo movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(5.246)	(1.897)	(5.246)	(1.897)
Adições	(2.207)	(3.573)	(2.207)	(3.573)
Reversões	465	224	465	224
Saldo no final do exercício	(6.988)	(5.246)	(6.988)	(5.246)

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	76.827	71.039
Vencido até 30 dias	6.863	8.909
Vencido 31 a 60 dias	1.562	2.089
Vencido 61 a 90 dias	825	923
Vencido 91 a 180 dias	1.661	1.763
Vencido 181 a 360 dias	2.395	1.948
Vencido acima de 360 dias	4.259	1.874
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6.988)	(5.246)
	87.403	83.299

Parte dos títulos do contas a receber vencidos, se referem a partes relacionadas, no montante de R\$ 2.878 (R\$ 2.873 em 31 de dezembro de 2024) e na avaliação da Companhia não apresentam

risco de recebimento e por este motivo não estão incluídos na perda por redução ao valor recuperável de contas a receber.

A composição do saldo de contas a receber de partes relacionadas por idade de vencimento é como segue:

	Partes Relacionadas	
	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	24.757	22.471
Vencido até 30 dias	1.232	2.046
Vencido 31 a 60 dias	404	113
Vencido 61 a 90 dias	74	255
Vencido 91 a 180 dias	493	89
Vencido 181 a 360 dias	185	109
Vencido acima de 360 dias	490	16
	27.635	25.100

5 Outras contas a receber

O Terminal firmou contrato de mútuo com a empresa SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A. em 21 de março de 2025 no valor total de R\$ 300 milhões, que será desembolsado pela Companhia no decorrer do projeto, o qual tem por objetivo viabilizar a realização de serviços de dragagem para o aprofundamento e alargamento do canal externo de acesso ao Porto de São Francisco do Sul.

6 Impostos sobre o lucro – Reconciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos impostos	879.099	726.282	879.128	726.288
Impostos à alíquota nominal de 34%	(298.894)	(246.936)	(298.904)	(246.938)
Diferenças permanentes	4.261	5.201	4.242	5.197
Impostos registrados no resultado	(294.633)	(241.735)	(294.662)	(241.741)
Correntes	(292.414)	(250.494)	(292.443)	(250.500)
Diferidos	(2.219)	8.759	(2.219)	8.759
Alíquota efetiva	34%	33%	34%	33%

7 Investimentos

O investimento da Companhia em controlada está demonstrado como segue:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Participação no capital %	Equivalência patrimonial	Investimento
Porto Itapoá Logística S.A.	100	388	(5)	100%	(5)	388
						394

Informações da investida	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	389	394
Passivo circulante	-	1
Patrimônio líquido contábil	388	394
Resultado do exercício	(5)	18
Participação do capital em %	100%	100%

8 Imobilizado

Custo:	Terrenos	Edificações	Equipamentos de operação	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Em 01 de janeiro de 2024	31.962	690.657	331.553	43.567	549.243	1.646.982
Adições	-	-	6.696	1.376	289.456	297.528
Baixas	-	-	(3.751)	(702)	-	(4.453)
Transferências	95.000	282.371	194.688	38.858	(610.917)	-
Em 31 de dezembro de 2024	126.962	973.028	529.186	83.099	227.782	1.940.057
Adições	-	-	8.339	3.441	483.825	495.605
Baixas	-	-	(3.811)	(269)	(5.039)	(9.119)
Transferências	-	-	8.668	7.103	(15.771)	-
Em 31 de dezembro de 2025	126.962	973.028	542.382	93.374	690.797	2.426.543
Depreciação Acumulada:						
Em 01 de janeiro de 2024	-	(208.197)	(185.774)	(27.571)	-	(421.542)
Despesa de depreciação	-	(30.500)	(31.292)	(6.026)	-	(67.818)
Baixas	-	-	3.734	584	-	4.318
Em 31 de dezembro de 2024	-	(238.697)	(213.332)	(33.013)	-	(485.042)
Despesa de depreciação	-	(36.035)	(36.237)	(9.320)	-	(81.592)
Baixas	-	-	3.793	267	-	4.060
Em 31 de dezembro de 2025	-	(274.732)	(245.776)	(42.066)	-	(562.574)
Valor contábil líquido:						
Em 31 de dezembro de 2024	126.962	734.331	315.854	50.086	227.782	1.455.015
Em 31 de dezembro de 2025	126.962	698.296	296.606	51.308	690.797	1.863.970

Os bens da Companhia, em sua maioria, estão alienados fiduciariamente à estrutura de dívida constituída em novembro de 2021, pela 4ª emissão de Debêntures.

Imobilizado em andamento

Em 2025 a Companhia iniciou um novo plano de investimentos em infraestrutura e equipamentos, com o objetivo de ampliar a capacidade operacional, denominado Expansão IV.

O valor em imobilizado em andamento é composto, em sua maioria, por supressão vegetal, aterro, gastos socioambientais, compensação ambiental, e gerenciamento de obras, além de adiantamentos para aquisição de novos equipamentos como guindastes, caminhões e scanner para operação. Para 31 de dezembro de 2025, há um valor de juros capitalizados de aproximadamente R\$ 40,7 milhões, dos quais R\$ 10 milhões referem-se à 2024 e R\$ 30,7 milhões ao exercício de 2025.

9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

			Consolidado	
	Prêmio	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
4ª Emissão de Debêntures:				
ITPO14 (i)	Nominal: 6,2878% a.a.+ IPCA	Nov/36	1.098.329	1.052.124
Custos com a captação - 4ª emissão			(22.824)	(24.914)
5ª Emissão de Debêntures:				
ITPO15 (ii)	Nominal: 7,40% a.a.+ IPCA	Mai/40	358.127	-
Custos com a captação - 5ª emissão			(11.319)	-
Total dos empréstimos			1.422.313	1.027.209
	Passivo Circulante		108.010	5.267
	Passivo Não Circulante		1.314.303	1.021.943

Mapa de movimentação dos empréstimos

Em 01 de janeiro de 2024	922.573
Juros e atualizações provisionados	114.071
Apropriação custos com captação de empréstimos	(2.521)
Pagamento de financiamento	(6.049)
Juros pagos	(864)
Em 31 de dezembro de 2024	1.027.209
Em 01 de janeiro de 2025	1.027.209
Juros e atualizações provisionados	137.366
Apropriação custos com captação de empréstimos	(2.091)
Juros pagos	(78.854)
Captação de financiamento	350.000
Custos com captação de debêntures	(11.319)
Em 31 de dezembro de 2025	1.422.313

A Companhia elegeu como política contábil, classificar os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de financiamento, porque os respectivos recursos foram obtidos com o propósito de realização de investimentos na expansão do terminal portuário, além de aquisição de equipamentos. Esta política contábil é aplicada de forma consistente.

Vencimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	<u>31/12/2025</u>
2026	108.010
2027	27.458
2028	82.375
2029	82.375
2030 - 2036	1.156.238
Total	<u><u>1.456.456</u></u>
Custos de captação	(34.143)
Total	<u><u>1.422.313</u></u>

(vii) *Debêntures – 4ª emissão*

Em 15 de novembro de 2021 foi constituída a 4ª emissão de Debêntures da Itapoá Terminais Portuários SA, nos termos da Instrução CVM nº 476, na forma do artigo 2º, da lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016 e da Portaria Ministerial 1.281 de 3 de novembro de 2021 do Ministério da Infraestrutura, em série única, no valor total de R\$ 750 milhões, com taxa indexada ao IPCA + spread de 6,2878%, 15 anos de prazo total, carência de 41 meses para juros e 53 meses para principal. Os juros serão semestrais, a partir de 15 de maio de 2025 e a amortização customizada a partir de 15 de maio de 2026, com vencimento final em 15 de novembro de 2036.

Esta nova emissão permitiu a Companhia readequar sua estrutura de capital com vistas a atender o projeto de expansão do Terminal para 1,8 milhões de TEUs/ano e realizar *CapEx* de manutenção.

O Agente Fiduciário ou escriturador é Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Destinação dos recursos

Nos termos do artigo 2º, parágrafos 1º e 1º-B, da Lei 12.431, do Decreto 8.874, e da Resolução CMN 3.947 e da Portaria de Enquadramento, os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados para realização de obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos internacionais, realização de investimentos sociais e ambientais e *CapEx* de manutenção.

Garantias

Garantia real de imóvel e determinados equipamentos operacionais.

Índice Financeiro

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,00 (três inteiros).

Em 31 de dezembro de 2025 todas as obrigações de *covenants* financeiros foram cumpridas.

(viii) Debêntures – 5ª emissão

Em 15 de maio de 2025 foi constituída a 5ª emissão de Debêntures da Itapoá Terminais Portuários SA, nos termos da Resolução CVM nº 160, na forma do artigo 2º, da lei nº 12.431, e no artigo 4º, inciso I, alínea (d), do Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, em série única, no valor total de R\$ 350 milhões, com taxa indexada ao IPCA + spread de 7,40%, 15 anos de prazo total, sem carência para juros e com carência de 42 meses para principal. Os juros serão semestrais, a partir de 15 de novembro de 2025 e a amortização a partir de 15 de novembro de 2028, com vencimento final em 15 de maio de 2040.

O Agente Fiduciário é Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda e o escriturador a BTG Pactual Serviços Financeiros S.A DTVM.

Destinação dos recursos

Nos termos do artigo 2º, parágrafos 1º e 1º-B, da Lei 12.431, do Decreto 11.964, e da Resolução CMN 5.034, de 21 de julho de 2022, os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados para aquisição de equipamentos diversos, obras civis e CapEx de manutenção.

Garantias

Sem garantias.

Índice Financeiro

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,00 (três inteiros).

Em 31 de dezembro de 2025 todas as obrigações de *covenants* financeiros foram cumpridas.

10 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	53.529	67.674	53.529	67.674
Fornecedores estrangeiros	18.431	1.067	18.431	1.067
Total de fornecedores	71.960	68.741	71.960	68.741

11 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia possui processos de natureza cível, trabalhista e tributária em andamento, para os quais foram constituídas provisões, no caso de perdas prováveis, suportadas por opiniões de assessores jurídicos. As movimentações das provisões e dos respectivos saldos são compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para riscos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Previdenciário/ Cível	7	1.791	23	2.821
Trabalhistas	131	112	626	289
Tributários	1.554	1.346	4	4
	1.692	3.249	653	3.114

Para as demais causas, substancialmente trabalhistas e cíveis, em que é possível o desembolso de caixa, os valores totalizam R\$ 43.824 (R\$ 50.242 em 31 de dezembro de 2024). O aumento trata-se de demandas judiciais promovidas pela retroárea e estão sob o controle de escritórios de terceiros. A cada trimestre são revisitadas para consideração dos valores possíveis.

Cabe ressaltar que tais valores têm cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas e que ao menos uma vez ao ano, a Companhia realiza a atualização formal junto a seus consultores externos a fim de certificar a situação dos processos e, mensalmente, o departamento jurídico realiza as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

12 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social totaliza R\$ 381.643 em 31 de dezembro de 2025 e 2024, representado por 154.183.308 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizadas. O capital social da Companhia está assim distribuído:

Capital social integralizado	31/12/2025	31/12/2024
Portinvest Participações S.A. ("Portinvest")	267.151	267.151
Aliança Administração de Imóveis e Participações Ltda. ("Aliança")	114.492	114.492
	<u>381.643</u>	<u>381.643</u>

Dividendos

A administração aprovou, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de abril de 2025, a distribuição de R\$ 230.160 em dividendos. Desse total, R\$ 115.080 já haviam sido provisionados em 31 de dezembro de 2024 como dividendos mínimos obrigatórios. Esse valor corresponde a 50% do lucro líquido do exercício de 2024, que foi de R\$ 484.547, após a dedução de R\$ 24.227 para a reserva legal. Portanto, foram distribuídos R\$ 230.160 como dividendos e R\$ 230.160 como retenção de lucros. O pagamento dos dividendos ocorreu em 30 de abril de 2025.

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal terá por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme Estatuto Social da Companhia, os acionistas possuem o direito de receber, em cada exercício, a título de dividendos, o percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária. O valor de dividendos a pagar registrado no passivo de R\$ 141.973, refere-se à destinação do lucro de 2025, líquido da constituição da reserva legal.

13 Partes relacionadas

13.1 Identificação das partes relacionadas

As partes relacionadas da Companhia basicamente referem-se aos acionistas e seus controladores, conforme abaixo:

Acionistas Itapoá Terminais Portuários S.A.

Portinvest Participações S.A.

Aliança Adm. de Imóveis e Particip. Ltda.

Controladores do acionista

Portosul Participações S.A.

N.O.G.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A.

Aliança Navegação e Logística Ltda..

13.2 Saldos e transações

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia prestou serviços de atividade portuária para Battistella Indústria e Comércio Ltda e também para o Grupo Maersk em um total de R\$ 152.589 (R\$ 120.540 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$ 27.635 (R\$ 25.100 em 31 de dezembro de 2024) permanecem a receber. As transações comerciais, envolvendo operações com partes relacionadas, são realizadas conforme condições específicas acordadas entre as partes.

13.3 Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia é composta por seis conselheiros, quatro diretores e um diretor-presidente. A título de remuneração aos membros do Conselho de Administração e Diretoria, a Companhia registrou o montante de R\$ 7.535 por seus serviços durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 7.328 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025 o valor total provisionado para a participação de resultados do pessoal chave da Administração é de R\$ 5.370 (R\$ 3.454 em 31 de dezembro de 2024).

14 Receita operacional líquida

Receita dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita mercado interno	1.232.876	1.068.572	1.232.876	1.068.572
Receita mercado externo	364.840	294.099	364.840	294.099
(-) Impostos sobre vendas	(162.497)	(139.998)	(162.497)	(139.998)
Receita líquida	1.435.219	1.222.673	1.435.219	1.222.673

A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do mercado nacional (77% mercado interno e 23% mercado externo) e se refere a operação portuária e demais atividades correlatas como engajamento de cargas, logística e movimentação de cargas gerais e carga containerizada. A receita é reconhecida após a conclusão da prestação do serviço.

Em 31 de dezembro de 2025, não há nenhum cliente com participação superior a 10% do faturamento da Companhia.

Os clientes de mercado externo estão localizados principalmente na Alemanha, França, Dinamarca, China, Suíça e Reino Unido.

15 Outras informações sobre receitas e despesas

15.1 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos serviços prestados	(417.641)	(351.337)	(417.642)	(351.337)
Despesas comerciais	(24.692)	(14.006)	(24.692)	(14.006)
Gerais e administrativas	(89.526)	(81.373)	(89.532)	(81.379)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.742)	(3.349)	(1.742)	(3.349)
Total	(533.601)	(450.065)	(533.608)	(450.071)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos	(226.296)	(193.732)	(226.296)	(193.732)
Depreciação e amortização	(81.862)	(69.408)	(81.862)	(69.408)
Serviços de terceiros	(69.472)	(46.743)	(69.478)	(46.749)
Material de uso e consumo	(38.900)	(47.032)	(38.900)	(47.032)
Despesas gerais e de manutenção	(68.471)	(48.278)	(65.673)	(48.356)
Honorários da administração	(12.905)	(10.782)	(12.905)	(10.782)
Despesas com infraestrutura, seguro e viagens	(9.140)	(9.634)	(9.141)	(9.634)
Provisão para contingências	2.461	96	2.461	96
Despesas com energia elétrica	(27.274)	(21.203)	(30.072)	(21.125)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.742)	(3.349)	(1.742)	(3.349)
Total	(533.601)	(450.065)	(533.608)	(450.071)

15.2 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicação financeira	97.940	37.348	97.985	37.380
Juros recebidos	661	520	661	520
Variação cambial	499	1.933	499	1.933
Outros	3.679	4.799	3.669	4.802
	102.779	44.600	102.814	44.635
Despesas financeiras:				
Juros incorridos	(105.398)	(72.515)	(105.398)	(72.515)
Variação cambial	(1.980)	(2.296)	(1.980)	(2.296)
Outros	(17.915)	(16.133)	(17.919)	(16.138)
	(125.293)	(90.944)	(125.297)	(90.949)
Resultado financeiro líquido	(22.514)	(46.344)	(22.483)	(46.314)

16 Instrumentos financeiros e gestão de risco financeiro

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

As operações que envolvem instrumentos financeiros ativos e passivos, conforme abaixo, estão registradas contabilmente pelos valores compatíveis com os respectivos contratos celebrados entre as partes. Os principais instrumentos financeiros, na data do balanço, eram os seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários livres para movimentação e registrados por valor de mercado. Assim, a Administração considera o valor de mercado muito próximo do valor contábil.

As aplicações financeiras apresentadas como caixa e equivalentes de caixa, são de liquidez imediata e registradas por valor equivalente ao seu valor de mercado, e não possuem cláusulas compromissadas. Assim, a Administração considera o valor de mercado muito próximo do valor contábil.

Contas a receber

Decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente. Considerando o prazo curto o valor contábil se aproxima do valor justo.

Contas a pagar

Os valores divulgados aproximam-se de seus valores de mercado, considerando o seu vencimento em curto prazo. Os valores a pagar ao mercado externo estão sujeitos aos efeitos das flutuações nas taxas de câmbio da moeda estrangeira.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Conforme descrito na Nota Explicativa 9, os passivos financeiros da Companhia estão apresentados pelos valores contratados adicionados dos correspondentes juros efetivos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Estão registrados à valor justo e não estão expostos às flutuações das taxas de juros futuras de mercado.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Instrumentos financeiros relevantes da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 afetados pelo risco de mercado são as contas a pagar de imobilizado e aplicações (afetados pelo risco da taxa de juros).

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o fluxo de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

O quadro a seguir demonstra o grau de sensibilidade dos principais instrumentos da Companhia ao risco de taxa de juros, considerando como cenário provável as taxas praticadas em 31 de dezembro de 2025 e cenários de redução e aumento das taxas em 25% e 50% (efeitos para um exercício):

	2025	Risco	Cenários				
			-50%	-25%	Atual	25%	50%
Aplicações	755.900	CDI	54.139	81.208	108.277	135.346	162.416
Debêntures/ Empréstimos	(1.422.313)	IPCA	(30.296)	(45.443)	(60.591)	(75.739)	(90.887)
Taxa exposição CDI	(666.413)		23.843	35.765	47.686	59.607	71.529
Contas a pagar	(71.960)	INPC	(1.403)	(2.105)	(2.806)	(3.508)	(4.209)
Referência: CDI - 12 meses			7,16%	10,74%	14,32%	17,91%	21,49%
IPCA 2026			2,13%	3,20%	4,26%	5,33%	6,39%
INPC 2025			1,95%	2,93%	3,90%	4,88%	5,85%

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos e a flexibilidade de planejamento de liquidez recorrente.

O quadro abaixo resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2025, com base nos pagamentos contratuais não descontados e com os juros projetados para pagamento:

	Até 1 ano	>1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores	71.960	-	-	71.960
Obrigações fiscais, trabalhistas e outras	56.592	-	-	56.592
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	203.191	1.253.265	1.456.456
	128.552	203.191	1.253.265	1.585.008

17 Transações que não afetam o caixa

A transação que não transitou pelo caixa e que, por consequência, não está considerada na demonstração do fluxo de caixa é a seguinte:

- Capitalização de juros sobre empréstimos no montante de R\$ 30,7 milhões em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 40 milhões em 31 de dezembro de 2024.